



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025
(Do Senhor Deputado Delegado Ramagem)

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para oitiva de advogados e juristas para discutir violações processuais nos inquéritos e processos em curso no Supremo Tribunal Federal.

Senhor Presidente,

Venho requerer a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública.

Para a audiência proponho convidar:

- GUSTAVO DE ALMEIDA RIBEIRO, Defensor Público da União com atuação nos casos decorrentes do 8 de janeiro;
- ANDRÉ MARSIGLIA, advogado e jurista com participação em vários meios de comunicação, responsável pela representação da Revista Crusoé no âmbito do inquérito 4871 ("fakenews");





- KÁTIA MAGALHÃES, advogada e jurista com participação em vários meios de comunicação;
- BRUNO JORDANO BARROS MARINHO, advogado com atuação em vários processos referentes aos atos de 8 de janeiro;
- CAROLINA BARRETO SIEBRA, advogada que representa pessoas presas e processadas pelos atos de 8 de janeiro, advogada da Associação de Familiares e Vítimas do 8 de janeiro (ASFAV);
- GÉSSICA ALMEIDA, advogada, coordenadora nacional do Movimento dos Advogados de Direita no Brasil;
- MARCELO ALMEIDA SANT'ANNA, advogado com atuação em processo de relevo referente aos atos de 8 de janeiro;
- LEONARDO LAMACHIA, advogado presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seccional do Rio Grande do Sul (OAB/RS).

JUSTIFICATIVA

Toda a movimentação ocorrida no dia 08 de janeiro de 2023 ensejou mais de mil prisões e, conseqüentemente, milhares de processos inquisitoriais e judiciais. O que tem como consequência natural a atuação de centenas de advogados por todo o País, e o transcurso de processos e procedimentos policiais, administrativos e judiciais. Outrossim, considerando-se o perfil de muitos dos que se viram envolvidos nos atos de 8 de janeiro, é natural também a atuação da Defensoria Pública, instituição pertencente ao rol constitucional das Funções Essenciais à Justiça e que, no caso, atua por meio da Defensoria Pública da União.





A necessidade de apuração firme e efetiva dos eventos ocorridos não afasta, por óbvio, a necessidade de preservação do devido processo legal, em seus postulados do contraditório e da ampla defesa. Assim, a verificação da regularidade das prisões e dos processos que se sucederam e sucedem é medida que se impõe, com vistas a se aferir a preservação dos postulados do contraditório e da ampla defesa, em sua dimensão substancial, e não meramente formal.

Nesse sentido, o transcorrer dos processos vem demonstrando as violações a cada dia mais ostensivas de princípios e regras processuais, com prejuízo manifesto ao devido processo legal. Os casos são objeto de apreciação diária em meios de comunicação por especialistas e advogados envolvidos na atuação processual direta, e também precisam ser objeto de debate nesta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. E as violações se iniciaram ainda no ano de 2019, especialmente com o impedimento de veiculação de matéria jornalística (Revista Crusoé).

As violações são ostensivas a ponto de terem sido presas preventivamente centenas de pessoas cuja denúncia abrangeu crimes cuja soma das penas correspondentes é inferior a quatro anos, piso estabelecido pelo Código de Processo Penal como requisito inafastável para a prisão preventiva. Igualmente, é notório o fato de que as decisões são irrecorríveis e afastam o duplo grau de jurisdição em casos que não estão sujeitos a foro por prerrogativa de função, assim como a opção por julgamentos por órgãos fracionários do Tribunal e em meio virtual, sem debates reais e sem participação dos réus e advogados das causas. Mais recentemente, uma decisão da Câmara dos Deputados, tomada por maioria ampla de 315 parlamentares, foi simplesmente afastada por órgão fracionário do STF e em sessão repentina, extraordinária e virtual, realizada entre os dias 9, uma sexta-feira, e 13 de maio, uma segunda-feira. Trata-se de um modelo que certamente não respeita a estatura institucional do Parlamento e a harmonia entre os Poderes da República, e, portanto, deve ser revisto.





Gabinete do Deputado Delegado Ramagem - PL/RJ

Enfim, os relatos que já estão amplamente disponíveis evidenciam que a percepção acerca da potencial arbitrariedade das prisões não depende de visão política, mas, ao revés, é visão que ressaí objetivamente da análise isenta de todo o contexto.

O devido processo legal inclui ainda a observância às prerrogativas profissionais dos advogados em atuação nos processos, pois a atuação livre e desembaraçada do advogado, sujeita apenas aos contornos legais de cada movimento processual, é imprescindível ao exercício da ampla defesa.

Importa sempre salientar que a observância do devido processo legal é inarredável a um ambiente institucional saudável, que propicie segurança jurídica e, portanto, seja combustível da segurança pública sempre almejada. O combate ao crime não pode prescindir da observância estrita ao âmbito de responsabilidade pessoal do agente, na qual a individualização da conduta é imprescindível à análise de culpabilidade e à devida individualização da pena.

Considerando o ambiente de incontáveis ofensas ao Estado de Direito e ao devido processo legal que tomou conta do País, bem como os tantos relatos de ultraje aos direitos mais básicos da pessoa humana e às prerrogativas dos advogados dos detidos e processados em virtude dos atos do dia 08 de janeiro de 2023, rogo apoio aos nobres pares para realização de Audiência Pública ora requerida.

Sala das Sessões, em _____ de 2025.

DELEGADO RAMAGEM
Deputado Federal
PL-RJ

4



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254027762400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Ramagem

